



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de julho de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audições para prestar esclarecimentos sobre a situação dos cuidados de Saúde na Região do Algarve:

10:00 Audição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve, a requerimento do PSD;

11:00 Audição dos Diretores de Departamento do Centro Hospitalar do Algarve: Drs. Ana Lopes, Carlos Godinho, David Estevens, João Ildefonso, Pedro Leão Neves e Ulisses Brito, a requerimento do PSD;

12:00 Audição do Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, Dr. João Moura Reis, a requerimento do PS.

Audições para prestar esclarecimentos sobre a situação dos Cuidados de Saúde na Região do Algarve:

10:00 Audição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve, a requerimento do PSD

O Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Presidente do Conselho de Administração, Joaquim Ramalho, que se fez acompanhar pelos vogais executivos, Helena Leitão e Maria Teresa Luciano, pelo Diretor Clínico, Carlos Santos e pelo Enfermeiro - Diretor, Nuno Murcho.

Pelo Grupo Parlamentar requerente usou da palavra o Deputado Cristóvão Norte (PSD), realçando a escassez de médicos na região do Algarve, que as medidas tomadas não conseguem contrariar. Considera que foi colocada no atual Conselho de Administração (CA) uma especial responsabilidade, no sentido de fazer mais com os mesmos meios. Referiu dados comparativos entre 2015 e 2016, que indicam, designadamente, a redução de consultas médicas, de primeiras consultas e de cirurgias programadas e urgentes e frisou que haverá um aumento da necessidade de recursos humanos com a implementação das 35 horas semanais. O Ministro da Saúde



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

disse haver hoje um clima de paz social, mas têm-lhe sido enviadas cartas acusando o CA de não tomar decisões, de aplicar medidas erráticas e proceder a nomeações que não têm por base a competência. Questionou ainda o CA sobre a relação entre Lisboa e o Algarve, quanto aos protocolos celebrados, e também colocou questões sobre a organização dos tempos do bloco operatório.

O Deputado Luís Graça (PS) disse não compreender a solicitação de audições com caráter de urgência, três meses após o início de funções do CA. Considera que é preciso o PSD não ter memória para falar agora de falta de recursos humanos, pois há problemas, por exemplo com a ortopedia, que já vêm de 2013, entendendo que há assim um aproveitamento da completa exaustão dos médicos depois destes últimos quatro anos. Perguntou o que pensa o CA fazer para evitar que os concursos fiquem desertos, qual o valor necessário para renovar os equipamentos, que medidas estão pensadas para a internalização do SIGIC e abordou a questão da pressão dos privados sobre o Hospital do Algarve.

O Deputado João Vasconcelos (BE) disse estranhar a posição do PSD, que pretende alijar as suas responsabilidades relativamente a uma situação que provocou. O BE opõe-se a este modelo do CHA desde 2013, que teve como resultado a carência de profissionais, colocando os serviços à beira da rutura, faltando profissionais, aumentando as listas de espera, etc. A administração anterior foi autocrática, provocou mal-estar e em três meses seria muito difícil resolver esta situação, mas já foram tomadas algumas medidas positivas. Questionou o CA sobre o diagnóstico que fazem sobre os recursos humanos existentes e sobre algumas decisões tomadas pela anterior administração.

A Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) perguntou o que pensa o atual CA sobre o modelo em vigor e se já foram apresentadas propostas para o alterar. O Ministro referiu uma avaliação que estaria concluída até junho, e gostaria de saber quem avaliou, em que consistiu a avaliação, se foi concluída e que conclusões foram retiradas. Pensa que os problemas do Algarve não estão resolvidos e até se agravaram, existindo uma grave situação no acesso aos cuidados de saúde, pois não se tem conseguido fixar profissionais, faltando também material e equipamento, sabendo que muitos cateterismos, que são fundamentais, tiveram de ser cancelados por falta de meios humanos e materiais. Rejeita a teoria do alarmismo mas não pode deixar de ficar apreensiva. Perguntou ainda se há um plano de contingência.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

O Deputado Paulo Sá (PCP) disse considerar que todos sabem o que significou para os hospitais a política do anterior Governo. Colocou questões sobre a falta de recursos humanos, pedindo uma atualização do número de profissionais que seriam necessários, por categorias, e fez perguntas sobre as medidas que estão pensadas para atrair e fixar médicos e para a abertura de concursos para as outras categorias, querendo saber qual o horizonte temporal para que esta situação possa estar resolvida. Pediu a confirmação dos dados sobre os custos da transferência de doentes para os hospitais privados, se estão a ser transferidos para hospitais noutras regiões do país e se há médicos a irem trabalhar para o Algarve, por exemplo agora no verão. Questionou ainda sobre a falta de material clínico e medicamentos, que levou à rutura de *stocks*, sobre a renovação do equipamento e a avaliação prometida pelo Ministro da Saúde.

O Presidente do CHA, Joaquim Ramalho respondeu às questões colocadas, afirmando que o compromisso e o caderno de encargos assumidos pelo CA pretendem ir ao encontro das aspirações e necessidades das populações. Foram conseguidos alguns resultados, mas não foi possível ainda dar resposta cabal a todos os problemas. A avaliação é da competência da tutela, ao CA cabe governar o Centro Hospitalar e não avaliar o modelo, mas considera-o viável. Fez de seguida uma apresentação sobre a «*Situação de Partida, Linhas de Orientação e Estratégia do Plano de Ação*», em *power point*, que irá ser distribuída pelos Deputados, caracterizando de uma forma geral a situação atual, com referência à fraca capacidade de atração de recursos humanos qualificados, aos constrangimentos à atividade assistencial, à evolução dessa atividade entre 2011 e 2015, ao investimento entre 2013 e 2015, aos objetivos e eixos estratégicos, às ações chave de curto prazo e às atividades já desenvolvidas.

O Diretor Clínico, Carlos Santos, deu ainda alguns esclarecimentos adicionais sobre a falta de profissionais e as razões que levam a que tal aconteça, abordando também a questão da internalização do SIGIC e da transferência de doentes.

A Vice-Presidente, Deputada Maria Antónia Almeida Santos, que entretanto assumiu a condução dos trabalhos, agradeceu as informações dadas, considerando que os Deputados estão agora mais esclarecidos.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

11:00 Audição dos Diretores de Departamento do Centro Hospitalar do Algarve: Drs. Ana Lopes, Carlos Godinho, David Estevens, João Ildefonso, Pedro Leão Neves e Ulisses Brito, a requerimento do PSD

A Presidente em exercício saudou os Diretores de Departamento Ana Lopes, da medicina interna e adjunta do Diretor Clínico, Carlos Godinho, da urgência e emergência, David Estevens, da saúde mental, João Ildefonso, da cirurgia, Pedro Leão Neves, da medicina e Ulisses Brito, dos serviços não departamentalizados.

O Deputado Cristóvão Norte (PSD) iniciou as intervenções dos Deputados, na qualidade de representante do Grupo Parlamentar requerente, dizendo que a carência de médicos anestesistas condiciona toda a atividade cirúrgica do CHA, perguntando quais entendem ser as alternativas para resolver esta situação, referindo as dificuldades na pediatria, sabendo que a escala na urgência pediátrica já teve de ser assegurada por médicos de clínica geral, e ainda colocando questões sobre a relação entre Lisboa e o Algarve no âmbito dos protocolos celebrados.

O Deputado Luís Graça (PS) considerou sincera a carta destes profissionais ao Ministro da Saúde, pois pensa que estarão exaustos depois de quatro anos difíceis, sendo legítima a pretensão de ver os problemas do CHA resolvidos. Tranquilizou-os dizendo que não terão o mesmo tratamento que outros diretores tiveram no passado, quando escreveram cartas com queixas sobre o que se passava.

O Deputado João Vasconcelos (BE) disse que a gestão do passado foi autocrática, não quis saber dos profissionais, nem dos utentes. Em três meses não é possível resolver todos os problemas existentes e pensa que algumas decisões poderão não ter sido as melhores. Perguntou o que pensam do atual modelo de gestão, da falta de equipamento, sendo que parte dele está obsoleto, e pediu comentários ao Relatório do Tribunal de Contas sobre a morte de um doente por AVC, que foi transferido de Faro para Coimbra, questionando sobre se esta morte terá a ver com a situação de caos dos serviços.

A Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) perguntou aos Diretores de Departamento o que é que os moveu para escreverem esta carta, qual a sua visão, expectativa e esperança relativamente à possibilidade de resolução dos problemas existentes, porque têm ficado desertos os concursos para recrutamento de médicos, sendo o Algarve um bom local para se viver, e como pensam que se irão resolver os problemas que surgirão com a implementação do horário das 35 horas semanais.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

O Deputado Paulo Sá (PCP) referiu que as políticas levadas a cabo nos últimos anos criaram uma situação muito difícil, quer para os profissionais, quer para os utentes, que só não foi pior devido à dedicação dos profissionais de saúde. Disse que segundo a ARS faltam profissionais de todos os níveis, o que dificulta a capacidade de resposta. Existem outros problemas como os elevados tempos de espera, a falta de material clínico e medicamentos e a necessidade de renovação do equipamento. Pediu que relatassem os problemas do dia-a-dia do CHA e que dessem conta das medidas que entendem ser necessárias para os resolver.

Os Diretores de Departamento responderam às questões colocadas:

Ulisses Brito, depois de lamentar não terem sido chamados dois dos diretores de departamento subscritores da carta, referiu que se tem assistido à saída de muitos profissionais, o que levou ao colapso de alguns serviços, pelo que sentiram que era imperativo tomar posição, o que fizeram através desta carta, considerando que, não obstante a vontade do Ministro em resolver os problemas, tal ainda não acontece, pois subsistem as questões do equipamento, falta de recursos etc. O modelo de organização foi mal feito, desde o início, pelo que é uma questão a discutir. Abordou outras questões como sejam a sobrevalorização das urgências, a pressão do setor privado, a falta de anestesistas, que compromete a atividade cirúrgica, a lenta recuperação das listas de espera e a necessidade de mais investimento.

Ana Lopes salientou que não conhece a existência de estudos feitos antes de se criar o CHA, nem para saber se se deve ou não manter este modelo. Existem problemas vários, por exemplo em Faro falta espaço físico para realizar as consultas, pelo que assim é difícil atrair profissionais para a região, sendo que tudo o que foi dito aqui consta do Relatório do Tribunal de Contas.

João Ildefonso reforçou as consequências da falta de anestesistas, não sendo assim possível fazer as cirurgias que poderiam ser feitas, o que aumenta as listas de espera. Pensa que esta situação não se resolve com protocolos, são necessários médicos e os concursos ficam desertos porque os serviços não são atrativos e porque alguns sabem que não terão oportunidade de fazer intervenções cirúrgicas.

Carlos Godinho referiu a tendência, nos últimos anos, para se hipertrofiarem os serviços de urgências, sendo necessário reverter a situação. É preciso dar incentivos aos profissionais, porque se paga melhor aos que vêm de fora, em relação aos especialistas da casa. A via verde do AVC está a ser remodelada.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

Pedro Leão Neves reiterou os problemas da falta de médicos, indicando vários fatores, considerando que o Estado não pode andar a formá-los para depois os deixar ir para o privado, sem que tenham dado contrapartida de tempo no público, havendo que acionar a mobilidade. Pensa que devem ser dados incentivos aos especialistas, para se fixarem no Algarve e que todas estas medidas dependem da vontade política.

David Estevens manifestou a opinião de que se tem degradado a qualidade assistencial e que muitos médicos saem do CHA e ficam no Algarve, no setor privado. Deu ainda conta de que o seu serviço recebe todos os casos de álcool e toxicodependência, sem referenciação, que não há pedopsiquiatria no Algarve e que existe uma taxa muito elevada de abandono no meio hospitalar dos doentes psiquiátricos, pelas suas famílias. Considera negativa a interferência do Ministério da Justiça nos serviços de psiquiatria, referindo ainda que faltam médicos psiquiatras, não havendo capacidade de resposta, por exemplo, para as perícias médico-legais necessárias.

A Presidente em exercício considerou muito importante a audição destes Diretores, pois a região do Algarve sempre tem sido problemática, esperando que a situação melhore. Manifestou a sua admiração pelos profissionais que trabalham em tão difíceis condições.

12:00 Audição do Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, Dr. João Moura Reis, a requerimento do PS

A Presidente em exercício saudou o Presidente do Conselho Diretivo (CD) da ARS Algarve, que se fez acompanhar pelos vogais Tiago Botelho e Nuno Ramos e pela assessora Malin Lofgren.

O Deputado Luís Graça (PS) iniciou as intervenções dos Deputados, na qualidade de representante do Grupo Parlamentar requerente, colocando algumas questões, designadamente, porque ficam desertos os concursos de recrutamento de médicos, qual o ambiente que leva a que isto aconteça, como resultou a fusão dos hospitais para o CHA e se esta não terá sido mal preparada e mal executada, se houve já alguma alteração relativamente à situação de divórcio entre os cuidados primários e continuados, se o CA se tem entendido com a ARS e que importância dá a ARS à criação do Centro Académico.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

O Deputado José Carlos Barros (PSD) disse ser incompreensível que o Centro de Medicina e Reabilitação do Sul, unidade de excelência, não tenha sido reconhecido como tal. Acrescentou que o Ministro terá dito ser de manter o anterior modelo de gestão, mas não há estudos sobre esta questão e pretende saber qual é a justificação para um adiamento da solução, pensando que esta deverá ter em conta os resultados. Alguns meses depois da visita do Ministro ao Algarve, validado que foi o diagnóstico da falta de recursos humanos, pergunta qual é o ponto de situação concreto que o CD pode fazer.

O Deputado João Vasconcelos (BE) disse que o BE foi sempre muito crítico em relação ao CHA, por lhe parecer errado o modelo de gestão, que foi concretizado de forma autocrática, sem ouvir os profissionais. Os problemas persistem, pois faltam profissionais e equipamentos, tendo baixado o número de consultas externas. Perguntou quanto se gastou na contratação por trabalho temporário e pediu informações sobre a consulta ao turista.

O Deputado Paulo Sá (PCP) pediu alguns esclarecimentos sobre a dificuldade de fixação de médicos especialistas, bem como sobre a abertura de concursos para outras categorias, pedindo um comentário à transferência de utentes do CHA para hospitais privados da região, bem como sobre a deslocação de profissionais de outras regiões para o Algarve. Quis ainda saber se o processo de avaliação está concluído.

O Presidente do CD da ARS Algarve, em resposta às questões colocadas, fez uma apresentação em *power point* com um «*Ponto de Situação dos Cuidados de Saúde no Algarve*», que irá ser distribuída aos Deputados. Abordou os cuidados de saúde primários, falando da cobertura médica e da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependência (DICAD), da Rede Nacional de Cuidados Continuados, do Laboratório Regional de Saúde Pública Laura Ayres, do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul (CMFRSul), da Rede Hospitalar, da evolução dos profissionais entre 2007 e 2015, das principais medidas setoriais e investimentos em cursos em 2016, da melhoria dos sistemas de informação na ARS Algarve, do Plano Verão 2016 e da criação do Centro Académico.

A Presidente em exercício agradeceu os esclarecimentos prestados, considerando que, no final das três audições hoje realizadas, os Deputados terão ficado com um retrato sobre a saúde no Algarve.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

Antes de encerrar a reunião a Presidente em exercício perguntou aos Grupos Parlamentares presentes se havia oposição à fusão proposta pelos serviços relativamente aos Projetos de Resolução n.ºs 383 BE, 404 PCP e 405 PS, sobre o Hospital Santa Luzia, em Elvas e 301 PCP e 407 BE, sobre proteção dos doentes com fibromialgia. Não havendo oposição às fusões, foram então fixadas as duas redações finais por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

A reunião foi encerrada às 14:00 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo as videografações das audições ser acedidas através dos seguintes *links*:

[Audição CA do CHA](#)

[Audição Diretores de Departamento do CHA](#)

[Audição CD da ARS Algarve](#)

Palácio de São Bento, 19 julho 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 39/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Fátima Ramos
Isaura Pedro
João Gouveia
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Teresa Caeiro
António Topa
Cristóvão Norte
João Vasconcelos
José Carlos Barros
José Silvano
Paulo Sá
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira
Isabel Galriça Neto
Luísa Salgueiro
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite